



DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39525>

SEÇÃO ESPECIAL: UNIVERSIDADE E INCLUSÃO

A experiência da graduação por uma pessoa com deficiência: reflexões para se avançar na inclusão e acessibilidade

Andressa Regina Marques¹
Jaqueline Almeida Guimarães Barbosa²

RESUMO

A lei de cotas propiciou o ingresso de muitos estudantes com deficiência nas universidades. Contudo, concluir o curso não tem sido tarefa fácil para essas pessoas. O objetivo deste estudo foi descrever as vivências de uma pessoa com deficiência na graduação em uma universidade pública. Trata-se de um relato de experiência realizado por uma graduanda cadeirante. Dentre as dificuldades enfrentadas estiveram a falta de acessibilidade arquitetônica e preconceitos, geradores de desestímulo, sofrimento e isolamento. Para ela, a participação em projetos de extensão com bolsa contribuiu para sua permanência, bem como cursar disciplinas de formação transversal com a temática da inclusão. Os avanços alcançados nos últimos anos para a inclusão e acessibilidade no ambiente universitário foram muito importantes, mas ainda há muito a se avançar para que estudantes com deficiência tenham uma experiência mais prazerosa e digna. Dessa forma, o combate ao capacitismo se faz urgente nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: educação superior; pessoa com deficiência; inclusão social; acessibilidade arquitetônica; enfermagem.

Como citar este documento – ABNT

MARQUES, Andressa Regina; BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimarães. A experiência da graduação por uma pessoa com deficiência: reflexões para se avançar na inclusão e acessibilidade. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e039525, p. 1-16, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39525>.

Recebido em: 23/05/2022
Aprovado em: 20/10/2022
Publicado em: 30/11/2022

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6415-1543>. E-mail: andressaregina2007@hotmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9175-0055>. E-mail: jaqueline@task.com.br

La experiencia de graduación de una persona con discapacidad: reflexiones para avanzar en inclusión y accesibilidad

RESUMEN

La ley de cuotas preveía el ingreso de muchos estudiantes con discapacidad en las universidades. Sin embargo, completar el curso no ha sido una tarea fácil para estas personas. El objetivo de este estudio fue describir las experiencias de una persona con discapacidad al graduarse de una universidad pública. Este es un informe de experiencia realizado por un graduado en silla de ruedas. Entre las dificultades enfrentadas se encuentran la falta de accesibilidad arquitectónica y los prejuicios experimentados, generando desincentivo, sufrimiento y aislamiento. Para ella, se demostró que la participación en proyectos de extensión con beca contribuye a la permanencia, así como asistir a disciplinas de capacitación transversal con el tema de inclusión. Los avances logrados en los últimos años para la inclusión y accesibilidad en el entorno universitario han sido muy importantes, pero aún queda mucho por hacer para que los estudiantes con discapacidad tengan una experiencia más placentera y digna. Así, la lucha contra la capacitación es urgente en las instituciones de educación superior.

Palabras clave: educación superior; persona con discapacidad; inclusión social; accesibilidad arquitectónica; enfermería.

The experience of graduation by a person with disabilities: reflections to advance in inclusion and accessibility

ABSTRACT

The quota law provided the entry of many students with disabilities in universities. However, being able to complete the course has not been an easy task for these people. The aim of this study was to describe the experiences of a person with disabilities in graduating from a public university. This is an experience report carried out by a wheelchair graduate. Among the difficulties faced were the lack of architectural accessibility and prejudices experienced, generating disincentive, suffering and isolation. For her, the participation in extension projects with scholarship was shown to contribute to the permanence, as well as to attend transversal training disciplines with the theme of inclusion. The advances made in recent years for inclusion and accessibility in the university environment have been very important, but there is still much to go on for students with disabilities to have a more pleasurable and dignified experience. Thus, the fight against capacitative is urgent in higher education institutions.

Keywords: higher education; person with disabilities; social inclusion; architectural accessibility; nursing.

INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, refere-se a um conjunto de normas destinadas a assegurar e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência (PcD). Esta lei visa assegurar a inclusão social e cidadania dessas pessoas, à semelhança de qualquer outra (BRASIL, 2015). O documento está em vigor desde janeiro de 2016, tendo beneficiado mais de 45 milhões de pessoas com deficiência no país, quase 25% da nossa população (IBGE, 2019). Nele são defendidos os direitos de igualdade de oportunidades e participação ativa na sociedade para as PcD, que não devem sofrer nenhum tipo de discriminação.

A criação da LBI, que teve como objetivo dar efetividade à convenção internacional da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, trouxe como inovação o conceito jurídico de deficiência, que deixou de ser considerada como uma condição estática e biológica da pessoa. A deficiência passou, desde então, a ser vista como resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo, e que podem obstruir sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A partir da LBI, a PcD fica protegida de toda forma de negligência, exploração, violência, opressão e tratamento desumano e degradante, sendo dever de todos comunicar às autoridades competentes qualquer forma de violação aos direitos dessas pessoas, estando prevista punição para os infratores. Em seu art. 27, afirma que a educação é um direito da pessoa com deficiência e que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. Para assegurar esse direito, o poder público deve propiciar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem desse grupo, eliminando qualquer tipo de barreira e buscando atender às características e necessidades dos estudantes, sem qualquer ônus para eles (BRASIL, 2015). A possibilidade de se cursar o ensino superior visa promover ainda mais o exercício da cidadania, bem como o desenvolvimento profissional e social dessas pessoas, implicando empoderamento a esse grupo e contribuições para toda a sociedade.

A acessibilidade é posta como um direito no documento, propondo-se a garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam viver e transitar de maneira independente e exercer seus direitos de participação social. De acordo com a LBI, compreende-se acessibilidade por:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na

rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 2).

A acessibilidade se refere, assim, não só a acesso a locais, mas também a produtos, serviços ou informações disponíveis ao maior número e variedade de pessoas, independentemente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. Ou seja, vai muito além do acesso arquitetônico, devendo abarcar uma ampla variedade de situações, como utilização de sites com facilidade, com pleno acesso a todos os conteúdos disponíveis, considerando as diferentes limitações que as pessoas possam ter. Como exemplo pode-se citar o oferecimento de recursos que façam a leitura do texto e/ou descrição de imagens e a audiodescrição de vídeos para pessoas com deficiência visual. Outro exemplo é a inserção de LIBRAS e legendas para que pessoas surdas possam compreender as falas. Assim, todo esforço deve ser feito para propiciar autonomia e independência a todos os alunos.

Nos últimos anos, a presença de estudantes com deficiência nas universidades tem sido cada vez maior, refletindo avanços na equidade de acesso à educação superior para todas as pessoas em decorrência da Lei 13.409, que institui as cotas (BRASIL, 2016). De acordo com o último censo do setor, publicado em 2018, o Brasil tem mais de 43 mil universitários com deficiência física, sensorial ou intelectual (INEP, 2019). Destarte, universidades de todo o país vêm se adequando para se tornarem acessíveis e mais inclusivas, com ações de ampla natureza, visando assegurar a esse grupo seus direitos (MARQUES, 2017; SÁ, 2020).

O princípio da inclusão social busca equiparar oportunidades para todos, construindo uma sociedade mais democrática e justa, propiciando a todos a cidadania, com respeito à diversidade e aceitação e reconhecimento das diferenças (MENDES, 2006). As instituições de ensino superior passaram, desse modo, a ter o compromisso de oferecer educação de qualidade para todos, independentemente de suas limitações.

Contudo, os avanços alcançados acerca do ingresso nas universidades parecem não ter sido o bastante para assegurar a esse grupo a permanência e conclusão do curso. Não é raro, no ambiente acadêmico, deparar-se com queixas de estudantes com deficiência pontuando dificuldades de toda natureza para acompanharem as atividades e chegarem a uma aprendizagem satisfatória e prazerosa. Eles manifestam limitações no acesso físico, em materiais acadêmicos, na acessibilidade comunicacional, dentre outros, que ocasionam a dependência da ajuda de colegas e familiares para seguirem em frente. Alguns acabam por desistir da graduação, tamanhos os desgastes enfrentados.

Situações como essas estão sinalizadas em estudos realizados em diferentes instituições. Em um deles encontrou-se que os discentes conhecem pouco sobre diversidade e inclusão, e que os serviços prestados pelo pessoal administrativo e por docentes carecem de eficácia. Nesse estudo é apontada a necessidade do investimento em recursos a fim de eliminar barreiras

arquitetônicas e propiciar atitudes mais inclusivas na comunidade acadêmica, bem como em práticas de ensino e avaliação mais equitativas (BORGES *et al.*, 2017).

Em outro estudo, realizado com gestores educacionais, os participantes pontuaram falta de estrutura e pessoal capacitado para lidar com pessoas com deficiência, assim como limitações financeiras para avanços no enfrentamento dessas questões. Identificou-se que nas instituições pesquisadas a legislação sobre inclusão e acessibilidade não estava atendida (CANTORANI *et al.*, 2020).

Fragilidades arquitetônicas e falta de acolhimento também foram aspectos apontados em outras instituições, bem como o pouco conhecimento acerca de como estas pessoas se sentem e dos obstáculos que enfrentam de acordo com sua deficiência em particular (FACCI; SILVA; SOUZA; 2018).

A literatura é escassa acerca da avaliação do processo de inclusão, acessibilidade e aprendizagem na percepção desse grupo, o que desencadeou a realização deste trabalho. Partiu-se da seguinte questão norteadora: como tem se dado a experiência da inclusão e acessibilidade sob a ótica dos graduandos com deficiência? Nesse sentido, o objetivo foi descrever a vivência de uma pessoa com deficiência na graduação em uma universidade pública.

Este estudo emergiu da convivência em projeto de extensão com uma graduanda com deficiência que, ao manifestar de forma recorrente as dificuldades enfrentadas e sendo uma defensora dos direitos das pessoas com deficiência, foi instigada a compartilhar a sua experiência. Visa-se sensibilizar docentes, gestores educacionais e discentes para a premente necessidade de se avançar ainda mais nas ações de promoção da acessibilidade e inclusão nas universidades. Sua realização justifica-se, ainda, pela importância de se dar voz a essas pessoas, que muitas vezes não têm sido escutadas enquanto sujeitos políticos, e de se refletir com o olhar centrado em suas necessidades.

MÉTODO

Optou-se pelo relato de experiência, modalidade que trata do registro de experiências vivenciadas, permitindo a explanação das vivências de forma ampliada e livre (LÜDKE; CRUZ, 2010). Relatos de experiência crítico-reflexivos contribuem consideravelmente na produção de conhecimento científico a partir da expressão escrita de vivências de situações específicas, analisadas e refletidas por meio do apoio teórico (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

Trata-se de um método muito utilizado no ensino, pesquisa e extensão, pilares das universidades, sobretudo em estágios e residências, podendo ajudar na compreensão de especificidades e reflexões sócio-históricas com enriquecimento cultural (FLORES *et al.*, 2019;

MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021). Segundo Gil (2022), o relato tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com uma situação problema com vistas a torná-lo mais explícito, o que justificou a escolha desse método. Essa modalidade, a partir de experiências singulares, contribui com todo um grupo de pessoas com características semelhantes.

O relato foi feito por uma estudante de graduação, cadeirante, a qual respondeu, de forma escrita, a um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas acerca da sua trajetória na Universidade. O relato foi organizado em três momentos: a entrada na Universidade e os desafios dos anos iniciais; os enfrentamentos e lutas ao longo da graduação; a experiência do ensino remoto e as perspectivas futuras. Posteriormente, foi analisado à luz do referencial teórico acerca da inclusão e acessibilidade.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Contextualização acerca do surgimento da deficiência e o percurso até o ingresso na Universidade

Tenho 45 anos e aos 22 tornei-me uma pessoa com deficiência devido a uma doença autoimune, a qual vem ocasionando, após anos de tratamento, perda e fraqueza muscular grave. A única opção foi aceitar o auxílio de uma cadeira de rodas para assim poder retomar minha vida e cursar o ensino superior, que era uma de minhas metas. Alcancei uma boa nota no ENEM, mesmo após anos de luta contra a doença, e então conquistei minha vaga na universidade pública em 2018.

A alegria do ingresso na Universidade e os desafios dos períodos iniciais da graduação

Ao efetivar a matrícula, pude comemorar a tão grande conquista de ser uma estudante universitária de uma instituição pública renomada, que está entre as melhores do país, o que foi um motivo de muito orgulho! Meu primeiro dia de aula ficou marcado pela alegria, e ao mesmo tempo pelo medo e insegurança em adentrar esse novo mundo. Lembro-me de ser muito bem acolhida pela turma e pelos professores de uma forma geral, e por muitas outras pessoas com as quais eu tive contato no primeiro semestre. Mas eu me perguntava: com minha cadeira de rodas manual, como eu iria percorrer todo o universo que é a Universidade? Ruas de pedras, morros, salas e laboratórios onde eu não conseguia entrar por não serem acessíveis, além de olhares enigmáticos de alunos e professores que me deixavam ainda mais insegura.

Tendo em vista todas essas dificuldades e minha limitação física, o primeiro semestre foi um dos mais difíceis, e por muito pouco eu não desisti de tudo. Lembro-me de uma atividade de campo na qual fiquei impossibilitada de ir devido ao fato de o local escolhido pelo professor não ser acessível. Fazer as refeições nos restaurantes universitários era uma luta diária, e eu

precisava contar com colegas de sala que faziam grandes esforços para empurrarem minha cadeira morro acima. Em relação aos conteúdos, eu não tinha dificuldades em aprendê-los, mas acessar os diferentes prédios e banheiros era um martírio, e minha vontade era voltar para casa e ficar junto da minha família. Sentia-me desamparada e como se não fosse bem-vinda por não dispor de um banheiro que pudesse usar com segurança. Passava horas estudando sem ter a certeza de que conseguiria me alimentar. Apesar das dificuldades venci o 1º semestre, sabendo que ainda teria um longo caminho pela frente.

A partir do 2º período, apesar da insegurança que ainda persistia, eu estava me tornando mais forte a cada dia para enfrentar as dificuldades, sendo que aos poucos eu me sentia mais parte da instituição. Nesse período eu precisava transitar entre dois *campi*, que ficam muito distantes um do outro (em torno de 7 quilômetros), tendo aulas em um pela manhã e em outro na parte da tarde. Na época não havia e ainda não há um transporte próprio para essa locomoção voltado para PcD, o que me gerava imenso desgaste físico e financeiro. Eu precisava usar o transporte privado, e para isso dependia do auxílio de ‘madrinhas’, que custeavam essa despesa. Em um dos *campi* eu sequer conseguia entrar na biblioteca, o que foi sanado depois de reclamações feitas por mim, que resultaram em reformas realizadas para permitir a acessibilidade, com a construção de rampas.

Nesse momento eu ainda pensava em desistir, pois sentia muitas dores no corpo decorrentes da doença, com um cansaço fora do normal, e ainda a frustração de não me sentir devidamente incluída. Assim, comecei a publicizar minhas insatisfações nas redes sociais e fui me tornando conhecida na Universidade, o que ampliou meu círculo de amizades. Cheguei a participar de reuniões políticas estudantis no DCE (Diretório Central de Estudantes), e fui ganhando apoio para a luta a favor da inclusão e acessibilidade na instituição. Foi quando deixei de pensar somente em mim e comecei a atuar em prol de todos os alunos com deficiência matriculados na Universidade e que eu percebia que ‘não tinham voz’.

A Universidade realizava ações em prol de promover auxílio e acolhimento das PcD, que considero efetivas, organizadas pelo NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, órgão criado na instituição em 2014 para apoiar e atender as demandas dos alunos com deficiência, bem como para orientar os professores nas suas atividades com PcD. Porém, as ações sempre eram insuficientes. Muitas vezes deixei de participar de aulas práticas de algumas disciplinas devido ao fato de nem todos os laboratórios serem acessíveis arquitetonicamente ou terem mobiliário adequado à minha situação.

Quando eu me deparava com elevadores com defeitos, não conseguia entrar nas salas de aula, e os professores sentiam-se perdidos e sem saber o que fazer. Essa sensação de despreparo dos docentes era observada também diante de pessoas com outros tipos de deficiência, e o sentimento de exclusão tomava conta de mim e de colegas com outras limitações. Minha aprendizagem, devido a essas situações, certamente ficou comprometida. Minhas notas

sempre eram ‘médias’, o que atribuo a impedimentos para realizar atividades práticas, pelo mobiliário impróprio, mas também em detrimento de fragilidades na minha formação básica em escola pública. Assim, em algumas matérias tive muita dificuldade, como em Estatística.

Aos poucos os Diretórios Acadêmicos (DAs) de vários cursos começaram a se inteirar e se interessar mais pelos problemas da inclusão e acessibilidade, e eu fui me sentindo mais forte e apoiada. A luta estava ganhando maior visibilidade. Organizamos um grupo de PcD e fundamos o MUDI – Movimento Universitário de Inclusão, composto por alunos de toda a Universidade, o qual propiciava a todos muitos conhecimentos acerca da diversidade, que pode ser acessado pelo Instagram.³

O sofrimento face ao capacitismo ao longo da graduação

Passsei ao terceiro período e a cada disciplina finalizada era um degrau a mais que eu vencia. Eu não conseguia acompanhar a turma por causa da dificuldade de locomoção nas áreas externas da Universidade e por minha saúde limitada pela minha doença. No quarto semestre passei por uma situação bastante desagradável com alguns colegas da turma, o que me gerou muito desconforto. Tive acesso a mensagens de WhatsApp que mostravam referências a mim como ‘alguém incapaz de se tornar uma boa profissional’, e que eu aproveitava da deficiência para ter benefícios junto aos docentes, além de outros julgamentos cruéis. O capacitismo velado já acontecia, mas demorei a perceber. Isso me levou a me afastar de todos os meus colegas por um determinado período, e optei por postergar a realização de algumas disciplinas para não ter mais contato com essas pessoas e assim cuidar da minha saúde mental, que a essa altura estava bastante abalada. Doía ver estudantes universitários julgando as diferenças e inferiorizando pessoas com deficiência.

Permanecendo-me isolada como estratégia de defesa fui fazendo as disciplinas sem contar com apoio de colegas, somente dos professores, colegiado e alguns poucos amigos que permaneceram do meu lado. Trabalhos para serem feitos em grupo acabei por fazer sozinha, e iniciei terapia e acompanhamento psiquiátrico para dar conta dos obstáculos dessa natureza que apareciam. Nesse momento conheci o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade, me tornei bolsista de um projeto do programa e fui muito bem recebida por todos. Nesse programa senti-me ainda mais escutada e instigada a compartilhar minha história e experiências. Atuando no projeto participei de discussões importantes e necessárias, inclusive com participação de membros do NAI e outras PcD, e tive oportunidade de conhecer histórias de pessoas com outras limitações.

Na Semana do Conhecimento, evento realizado na Universidade para apresentação de trabalhos científicos, apresentei um material educativo elaborado nas atividades do projeto,

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/mudiufmg/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

que abordava a importância do acolhimento a estudantes com deficiência e como realizá-lo. Esse trabalho foi premiado como de grande relevância, o que me deixou muito feliz e esperançosa de sermos uma sociedade mais inclusiva.

Em razão da minha vontade de aprender ainda mais sobre acessibilidade e inclusão tive a grande oportunidade de cursar disciplinas específicas com essa abordagem na formação transversal, as quais me propiciaram compreender com maior profundidade a questão da deficiência e seus impactos na vida dessas pessoas, bem como a história da abordagem com PcD no Brasil. Gostei muito.

Gostaria de incluir ainda minha dificuldade em transitar pelo *campus* saúde, uma vez que o formato do estacionamento faz com que os carros adentrem parte do veículo sob o passeio, e assim não é possível a passagem por ele em cadeira de rodas. Dessa forma, só resta ao cadeirante transitar pela área de tráfego de veículos, correndo o risco de ser atropelado. Seria importante que olhassem isso mais de perto, assim como seria importante que houvesse banheiro para PcD em todos os andares, e não apenas em alguns andares dos prédios onde há aulas. Quando ocorre algum problema em algum dos poucos banheiros existentes para PcD ficamos quase sem opções.

A experiência do ensino remoto e expectativas para o futuro na Universidade

Em função da pandemia, cursei quatro períodos no formato remoto, o que observei ter sido um grande desafio especialmente para os alunos com deficiência, bem como para os professores como um todo. Diante da diversidade de deficiências existentes, não foi fácil chegar a um denominador comum, e muitos alunos não conseguiam acompanhar as disciplinas ofertadas, ora pela falta de acessibilidade às ferramentas, ora pela falta de equipamentos que favorecessem a inclusão de forma efetiva. Diante de tais dificuldades, a Universidade tomou algumas iniciativas que foram de suma importância para todos os alunos, em especial os que possuíam alguma deficiência. Auxílios financeiros foram disponibilizados para estudantes carentes. Bolsas do tipo Inclusão Digital foram distribuídas para que as PcD pudessem comprar equipamentos que ajudassem nos estudos.

Assim, foi viabilizada a aquisição de computadores e chips para acesso à internet, como também bolsa internet, que era uma quantia financeira destinada a pagar mensalmente pelo serviço contratado. Todos esses recursos foram essenciais para propiciar a permanência de muitos alunos com deficiência. Outro recurso valioso foi poder contar com apoio de monitores das disciplinas para que as dúvidas fossem sanadas.

Enfim, cursar a graduação não tem sido fácil, mas a experiência tem propiciado ganhos importantes na minha história de vida. Estou ansiosa para o retorno do ensino presencial. Contudo, acredito que, com os avanços alcançados no uso de tecnologias durante a pandemia,

o ensino híbrido possa ser uma alternativa que venha a contribuir para o aprendizado de pessoas com deficiência em situações em que o deslocamento e a acessibilidade se apresentem como um obstáculo.

Acredito que a Universidade esteja caminhando na direção certa no que diz respeito a propiciar a acessibilidade e a inclusão e a formação com qualidade para todos, mas ainda há muito trabalho a ser feito. Restam-me ainda alguns semestres para a formatura, e encontro-me disposta a seguir em frente, apesar das muitas dificuldades que já me acostumei a enfrentar. Todavia, também vivi momentos maravilhosos e de muita superação e conquistas. Tudo isso não teria sido possível sem apoio dos colegas, professores e funcionários. Aprendi que a luta é diária e deve ser de todos. Espero que a Universidade continue se aprimorando e torne-se referência enquanto instituição inclusiva. Desejo que os professores e funcionários sejam cada vez mais bem preparados para receber os alunos com deficiência com muita empatia e respeito. E que a comunidade acadêmica como um todo incorpore a cultura da inclusão, fazendo com que esse ambiente seja mais equânime e igualitário nas oportunidades ofertadas. PcD não querem favorecimentos mas, sim, ser respeitadas. Conclamo a todos a lutarem por essa causa, que só recentemente vem gerando frutos.

REFLEXÕES PARA SE AVANÇAR NA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DAS PCD A PARTIR DA EXPERIÊNCIA RELATADA

A experiência vivenciada explicita dificuldades de diversas naturezas enfrentadas ao longo da graduação em uma instituição pública por uma estudante com deficiência física. Por ser cadeirante, os maiores desafios estiveram relacionados com a falta de acessibilidade arquitetônica em diferentes espaços da Universidade, restaurantes universitários, bibliotecas e espaços internos dos *campi*. Além disso, a estudante deparou-se com inadequação dos espaços de aprendizagem, com mobiliários e infraestrutura de laboratório que não consideravam sua condição e não permitiam a realização de algumas atividades, evidenciando a não contemplação da NBR9050, que estipula critérios de acessibilidade nas edificações, espaços, mobiliários e equipamentos para acessibilidade das PcD no intuito de proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente urbano à maior quantidade possível de pessoas, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (BRASIL, 2020). Após reivindicações, como posto pela estudante, muitas obras foram realizadas e obstáculos contornados, mostrando o movimento institucional em se ajustar para o atendimento desse público.

Contudo, para a estudante as obras muitas vezes chegavam tarde, ao final da disciplina ou do período, tendo afetado parcialmente o seu aprendizado. As melhorias certamente contribuirão para a inclusão dos estudantes com deficiência que vierem daqui para frente, ressaltando-se, porém, a necessidade de se planejar a realização de adequações que

sabidamente serão necessárias desde já, não esperando para realizar as adequações somente quando o aluno com deficiência chegar, porque certamente eles chegarão, e cada vez mais.

Além disso, as universidades são espaços de formação de cidadãos, e devem dar o exemplo visando as adequações necessárias para se promover a inclusão e acessibilidade. É sabido que os recursos para investimentos em obras estão cada vez mais escassos, uma vez que as universidades públicas têm sofrido cortes frequentes de recursos. Porém, esse tipo de obra precisa estar entre as prioritárias, e os investimentos necessários devem ser defendidos com apoio jurídico, com base na legislação (BRASIL, 2015).

Outro obstáculo a ser enfrentado nas instituições de ensino refere-se ao combate ao preconceito com PcD, fazendo-se necessário trabalhar a cultura da inclusão e combate ao capacitismo, tão presente na sociedade. Esse tipo de barreira é ainda mais difícil de transpor, uma vez que se dá de forma camuflada e precisa ser trabalhada a cada nova turma que ingressa na Universidade, ou seja, deve fazer parte da agenda e ser trabalhada de forma sistemática e permanente. Muitas vezes as pessoas nem se dão conta de que estão sendo capacitistas, tampouco dos impactos devastadores que essa atitude tem para as PcD.

Dificuldades como as ilustradas neste relato são representativas daquelas vivenciadas por outros estudantes com deficiência, conforme sinalizado em estudos (BORGES *et al.*, 2017; CANTORANI *et al.*, 2020; FACCI; SILVA; SOUZA; 2018). Cabe citar que, considerando a diversidade de tipos de deficiência existentes, como visual, auditiva, cognitiva, dentre outras, as necessidades de adaptações são inúmeras, incluindo aquelas relacionadas ao acesso à informação. Hoje já se dispõe de muitos recursos tecnológicos que favorecem a transposição dessas barreiras, e as universidades têm ofertado possibilidades de recursos tecnológicos para suprir essas limitações. Todavia, no ambiente acadêmico observa-se que muitos docentes ainda não estão devidamente informados e capacitados para o uso desses recursos, assim como a sociedade de forma geral, fazendo com que fiquem subaproveitados. Faz-se necessário, pois, investimentos em capacitação para essas pessoas.

No relato é possível observar, também, aspectos que se mostraram favorecedores da permanência dos estudantes com deficiência na universidade, sendo até motivadores, como as disciplinas de formação transversal que abordam temáticas voltadas para a inclusão e projetos com possibilidade de bolsa também ligados à temática. Na visão da estudante, eles foram capazes de propiciar maior autoconhecimento e empoderamento desse grupo, bem como instigadores do engajamento desses estudantes na luta por novas conquistas e efetivação de direitos. Esses projetos e disciplinas devem, pois, ser mantidos e ampliados dentro do possível. Além disso, a atuação dos Diretórios Acadêmicos, com apoio a favor da causa da inclusão e acessibilidade, também se mostrou relevante em prol do bem-estar dessas pessoas.

Cabe pontuar que na universidade da qual a relatora faz parte tem sido incentivada a criação de novos projetos relacionados à temática, a fim de intensificar as ações multiplicadoras da inclusão e acessibilidade, inclusive com apoio financeiro para sua realização, evidenciando a priorização da pauta entre tantas existentes. Por meio desses projetos várias ações têm sido realizadas, como na unidade em que a estudante estuda, a qual tem promovido eventos como 'rodas de conversa com PcD', quando esses estudantes encontram oportunidade de se expressar e ser escutados. Entretanto, a participação dos estudantes com deficiência ainda é incipiente, sendo necessário identificar os motivos disso e atuar em prol de se obter maior adesão. Acredita-se que muitos estudantes ficam receosos ou temerosos em se expor, o que precisa ser melhor compreendido.

Além disso, a instituição tem oferecido suporte aos docentes para lidarem com estudantes que apresentam necessidades especiais, independentemente de terem deficiência, como é o caso dos estudantes com TDAH. Já se dispõe de serviços de tradução de livros e material didático para o braille, por exemplo, e de intérpretes em eventos institucionais. Já se dispõe também de política de apoio para aquisição de tecnologia assistiva pelos estudantes. Os professores têm sido orientados a identificar as necessidades dos seus alunos e a ajustarem-se aos métodos de avaliação e apresentação das aulas, conforme necessário. Muitos alunos requerem um maior tempo para a realização de provas e entrega de trabalhos, o que tem sido preconizado. Na avaliação da aprendizagem é defendida a valorização da progressão do aluno, considerando seu contexto de vida, com atenção individualizada.

O relato evidencia progressos, mas também sinaliza que há muito a se avançar para que a inclusão e acessibilidade sejam mais efetivas nas universidades. Ao transitar pelos *campi* é possível constatar passeios esburacados, inexistência de sinalização tátil e visual no piso, elevadores inadequados onde não há informação do andar de outras formas para atender pessoas com deficiência visual ou auditiva, bebedouros não acessíveis a cadeirantes, dentre outros. Os desafios não são poucos, comuns a diferentes instituições de ensino, que têm se esforçado para tentar propiciar a democratização do ensino, incluindo PcD dentro de suas possibilidades e contextos singulares (BORGES *et al.*, 2017; CIANTELLI; LEITE, 2016).

Esse cenário remete às ideias de Paulo Freire (2002), para o qual as escolas devem adotar uma pedagogia pautada na ética, no respeito à dignidade, bem como na autonomia do educando, conscientizando-os sobre a importância de refletir sobre a realidade na qual estão inseridos. Além disso, o autor defende a necessidade de se ter conhecimento para enfrentar as barreiras que aparecem.

Nesse sentido, a educação inclusiva precisa ter sua relevância reconhecida por docentes e discentes, assim como por toda a sociedade, visando assegurar a inclusão das PcD não só na educação, mas em toda a sociedade. Os obstáculos precisam ser conhecidos e contornados para que essas pessoas usufruam do direito a uma vida digna, resguardando a dignidade

inerente. Urge romper com a estrutura social que oprime as PcD não apenas dentro do espaço acadêmico, mas em todos os espaços sociais. Essas pessoas precisam ser cuidadas de forma equitativa, uma vez que é condição de sobrevivência e elas têm direito de estar e usufruir do mundo como as demais (DINIZ, 2007).

Assim, que não sejamos alheios ao enfrentamento dessa problemática, ainda longe de ser resolvida. Limitações todas as pessoas possuem, sem exceções. Fica aqui o convite para que todos reflitam acerca de sua atuação para a inclusão desse grupo, diante da relevância da atuação do educador na formação de uma sociedade mais justa e democrática.

Fazem-se necessárias as realizações de novos estudos que avaliem a efetividade das ações de inclusão e acessibilidade, tão importantes para embasar planejamentos futuros, como sugerido por Almeida e Ferreira (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada por uma graduanda com deficiência em uma instituição de ensino superior pública revela, além de momentos de aprendizagem, crescimento e alegria, outros bastante difíceis e sofridos ao longo do curso. Trata-se de uma experiência individual, mas certamente representativa das experiências de outros estudantes com deficiência, e traz contribuições para se refletir sobre o cenário atual com os sucessos alcançados e os obstáculos a superar em prol de assegurar a aprendizagem, a inclusão e a acessibilidade, partindo do olhar dessas pessoas.

Não basta assegurar o ingresso das PcD nas instituições de ensino, mas deve-se, também, requerer políticas de permanência para que a conclusão do curso seja alcançada e que essa experiência seja vivida de forma prazerosa e digna, concomitante ao desenvolvimento pessoal e social desses alunos, bem como da comunidade acadêmica como um todo.

O combate ao capacitismo deve ser uma preocupação constante no ambiente acadêmico, bem como a difusão da cultura da inclusão enquanto valor social que assegura cidadania e dignidade a todos, não como obrigação. Ou seja, as ações e atitudes devem se dar para além de se cumprir a legislação. Elas devem ser representativas do exercício da alteridade existente, com reconhecimento e respeito às diferenças e com empatia e cooperação para que todos tenham as mesmas oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Guilherme Andrade; FERREIRA, Eliana Lúcia. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 22, p.67-75, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/ktwZW6gvH8bH8xqfkyS7rtm/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BORGES, Maria Leonor; MARTINS, Maria Helena; LUCIO-VILLEGAS, Emilio; GONÇALVES, Teresa. Desafios institucionais à inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 30, n. 2, p. 7-31, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21814/rpe.10766>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/10766>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 06 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 28 dez. 2016.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). *Acessibilidade, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2020. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/norma-abnt-NBR-9050-2015-emenda-1-2020.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN, Caroline Lievore; SILVA, Sani de Carvalho Rutz. A acessibilidade e a inclusão em uma instituição federal de ensino superior a partir da Lei nº 13.409. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ScZhcZWdL5ZtqNQxkJ6Klrj/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da; SOUZA, Marilene Proença Rabello de. O acesso ao ensino superior: será que vivemos, realmente, o processo de inclusão? *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 22, p. 11-13, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZwvrynrnRBmrzLMfW68gGNN/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FLORES, Fábio Fernandes; SILVA, Catiélia Santos; SANTOS, Lilian Anelita dos; SOUZA, Luiz Humberto Rodrigues. A Educação Física do CAPS: experiências do estágio em Guanambi – BA. *Cenas Educacionais*, Caetité, v. 2, n. 1, p. 169-185, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/6308>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Sabotagem, 2002. Arquivo PDF. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde – PNS. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=resultados>. Acesso em: 02 mar. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Brasília, DF: Inep/MEC, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 86-107, 2010. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/20>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MARQUES, Alexandre Henrique. Análise da inclusão e da acessibilidade no ensino superior: um sonho que se tornou realidade. *Tópicos Educacionais*, Recife, v. 23, n. 2, p. 24-54, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.51359/2448-0215.2017.235080>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/235080>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 01 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

SÁ, Ana Cláudia Maranhão; DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla. *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: reflexões e ações em universidades brasileiras*. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. *E-book*.

Andressa Regina Marques

Estudante de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

andressaregina2007@hotmail.com

Jaqueline Almeida Guimarães Barbosa

Mestre e doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente adjunta do Departamento de Enfermagem Básica da Escola de Enfermagem da UFGM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cuidado e Desenvolvimento Humano.

jaqueline@task.com.br